



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Discurso do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, no Simpósio Internacional sobre Drogas: da Coerção à Coesão

Mesa:

Direitos Humanos, Cidades e Drogas

(11/9/13, às 14h, no Museu da República, em Brasília)

Boa tarde a todas e a todos,

Tenho grande satisfação de estar nesse Simpósio, que reúne pessoas tão representativas no debate internacional sobre a política de drogas. Agradeço o convite para estar aqui, compondo essa muito honrosa mesa, e parablenizo a iniciativa do evento em nome do Roberto Tykanori.

A discussão sobre política de drogas deve estar presente em todos os ambientes, sejam acadêmicos, políticos, ou amplamente na sociedade brasileira. É necessário fugir do senso comum e dos preconceitos que se sustentam na falta de informação, temos que fomentar o conhecimento ilustrado neste assunto.

Esse debate é importantíssimo não só pelo tema das drogas em si, mas também para discutirmos o modelo de democracia que queremos no Brasil e para avançarmos na garantia dos direitos humanos. Digo isso porque entendo que a abordagem dos direitos humanos no campo da saúde mental é

um dos principais pontos de estrangulamento da democracia em nosso país nos dias de hoje. São eminentes os riscos de retrocesso das conquistas alcançadas pelo movimento da luta antimanicomial, e a consequência disso é muito ampla – seja na própria área da saúde mental, seja na concepção dos direitos e garantias fundamentais em geral.

Por isso o movimento da saúde mental, especialmente a luta antimanicomial, é tão central na garantia dos direitos humanos como um todo. Desde a discussão sobre as antigas colônias psiquiátricas, até o atual contexto de internações compulsórias em manicômios disfarçados, são questões centrais que devemos enfrentar.

Não podemos permitir jamais a restrição injustificada de direitos, nem podemos aceitar que a saúde seja usada como justificativa para violações, ou servir de instrumento de higiene social e reforço de marginalização. Avançamos muito e temos ainda mais a fazer. É essencial debater, qualificar os argumentos e construir estratégias para prosseguir.

Por incrível que pareça ainda temos que consolidar a compreensão de que a questão das drogas é um tema de direitos humanos, com mais foco na saúde do que na segurança pública. E quando digo isso, não sendo eu da área sanitária, estou me apoiando na perspectiva de que a saúde vai além da ausência ou tratamento de doenças. Saúde se preocupa com o ser humano em sua integralidade, com o seu bem estar. E isso só podemos ter garantindo direitos.

Estamos construindo a nova Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, com a perspectiva de articular políticas transversais de direitos humanos no município. Contamos na nossa estrutura com uma assessoria especial de políticas sobre drogas e saúde mental, além do conselho municipal sobre álcool e drogas, que está em fase de reformulação. Nosso objetivo é atuar junto ao conjunto de governo para fortalecer a atuação da área de saúde mental alinhada com os princípios dos direitos humanos e da participação social.

Também reunimos na estrutura da Secretaria de Direitos Humanos um conjunto de temas que podem dialogar de forma transversal com a política de drogas e saúde mental. Em algumas coordenações a interlocução é clara, como a de políticas para juventude, criança e adolescente ou população em situação de rua. Mas acredito que a questão perpassa por outras atuações que nós mesmos lidamos no município, como as assessorias especiais para segurança pública e direitos humanos; promoção do trabalho decente; as coordenações de educação em direitos humanos, migrantes, LGBT ou idosos.

A visão integrada dos públicos tradicionalmente excluídos é essencial para consolidarmos uma política efetiva de direitos humanos na cidade, discutindo de fato a justiça social que é o único caminho capaz de lidar com a questão do uso abusivo de drogas.

A coordenação da política sobre drogas do município de São Paulo está na Secretara de Saúde, o que considero um grande acerto. Especialmente se aproximada da atuação da Secretaria de Direitos Humanos, suas áreas temáticas e sua articulação para a participação social. A gestão transversal da política é imprescindível, pois ninguém vive em “caixinhas”, muito menos aqueles mais excluídos da sociedade.

Ao serem perguntados, os usuários afirmam que esperam do sistema de saúde um emprego, uma casa, e pessoas para fazerem curativos. Ora, é evidente! Como estou dizendo, devemos incluir e garantir direitos integrais, para termos respostas sustentáveis. É imprescindível investirmos no pós- tratamento. O que adianta fazermos o tratamento de saúde se, ao final, o usuário não tem uma casa para morar ou um salário para se sustentar, se as condições de exclusão permanecem?

A vulnerabilidade social é a principal causa do uso abusivo e da dependência das drogas, não o contrário. É verdade que temos usuários graves de drogas em camadas mais ricas da sociedade, que sofrem muito também, mas o problema central está entre as pessoas que não têm oportunidades de inclusão social consistente, que sempre foram deixadas à margem.

Podemos querer combater os efeitos o quanto for, mas enquanto não garantirmos direitos para as pessoas, não enfrentaremos a raiz do problema. As cenas de uso, chamadas de cracolândias, são mesmo chocantes. Enxergamos ali o que há de mais à margem da sociedade, e é tudo muito feio, e muito sujo. Mas não foi a drogadição que levou aquelas pessoas para aqueles locais, mas a dificuldade de se inserir em outros espaços sociais e humanos. Impressiona ainda mais quando estamos falando de um país que cresceu nos últimos anos, que retirou da miséria milhões de pessoas e melhorou a sua distribuição de renda. Nem tudo isso foi capaz de incluir aquelas pessoas que estão nas tais cracolândias.

A aproximação do usuário, que o enxergue como ser humano para além da droga, é o caminho para atender as necessidades específicas de cada um, e assim termos os melhores resultados. Se conseguirmos associar a abstinência ao tratamento ao invés de uma punição, já temos algum ganho. Voltamos ao ponto de garantir direitos, como foco prioritário na prevenção e recuperação do uso abusivo de drogas, e temos condições de lidar com o tratamento sob diversas perspectivas.

Dito isso, acho que podemos avançar no debate em inúmeras questões sobre a política de drogas, como a abordagem criminal em relação ao tráfico, a descriminalização do uso, o uso medicinal etc. O mundo se abre para o debate franco e propositivo.

Não podemos perder de vista, ainda, a necessidade de incluir nesse debate a perspectiva perene da liberdade como regra. Restringir a liberdade individual tem um custo muito alto e não pode ocorrer sem forte contrapartida – preferencialmente em prol das liberdades coletivas e inclusivas. Tampouco é possível restringir liberdades individuais sob o argumento de suposta proteção às mesmas liberdades individuais, pois isso é evidentemente um contra-senso. Não podemos naturalizar que alguém seja privado de sua liberdade sem ter cometido crime. A própria lei de drogas, com suas

conhecidas características repressivas, tem como princípio a garantia dos direitos humanos e a inclusão social.

Isso nos leva à questão fundamental que não podemos nos furtar de enfrentar: a ampla descriminalização do uso de drogas. As soluções intermediárias são importantes, considerando a construção paulatina de garantia de direitos, mas é hipocrisia defender que podemos avançar nesse contexto na política de drogas. Já ficou mais do que evidente nas últimas décadas que a guerra às drogas não tem vitoriosos, porque os alvos de guerras não são coisas, mas pessoas. Sempre as pessoas, as pobres, as excluídas. O consumo de drogas sempre haverá e precisamos trabalhar com essa realidade. Se não falarmos abertamente da descriminalização, nunca falaremos das reais soluções sobre a questão das drogas no país.

A questão das internações involuntárias, por exemplo, considero que além de não enfrentar a causa, é uma falsa polêmica. É evidente que não podemos deixar os usuários abusivos de drogas sem assistência: o socorro deve ser necessariamente garantido, assim como o tratamento. O que não significa que temos na internação à força a única alternativa. Aliás, a força, em minha opinião, é sempre a última e pior saída.

E ao abrirmos o debate, temos que considerar os diversos atores que podem contribuir nessa empreitada. Considero, pela minha formação e experiência política, que nada pode avançar sem a intensa interlocução dos poderes públicos com a sociedade civil, com os movimentos sociais, com a academia. É a interação desses fóruns, a conjugação desses conhecimentos e experiências que nos levará às melhores saídas nessa questão.

A diretriz principal da Secretaria de Direitos Humanos de São Paulo, em qualquer atividade que realiza, é fortalecer a participação social como método de gestão. Isso não é mero capricho. A participação social é, antes de tudo, um direito e um instrumento essencial para o aprofundamento democrático em nossos países. Ela cria condições para que os movimentos sociais, as universidades e o conjunto da sociedade civil organizada, com a vasta

experiência acumulada, possam contribuir em todas as etapas de construção política. Este processo de pactuação mútua e de responsabilidades compartilhadas possibilita a qualificação das políticas e faz com que seus resultados cheguem à ponta com maior coesão, coerência e, conseqüentemente, com maior efetividade.

Na saúde mental temos atuado mais prioritariamente em duas frentes: a construção participativa do Plano Municipal sobre Drogas e a organização da 5ª Conferência Municipal sobre Drogas, que ocorrerá no mês que vem – além da reformulação do Conselho Municipal de Drogas e Álcool, no sentido de torná-lo mais diverso e fortalecido.

A construção do Plano Municipal sobre Drogas tem sido uma experiência interessante. Como disse anteriormente, a coordenação deste trabalho está na Secretaria de Saúde, o eixo mais forte do plano. Isso é muito bom, especialmente considerando a ação articulada entre as mais diversas pastas da administração municipal.

São Paulo aderiu ao programa federal Crack, É Possível Vencer e tem o desafio de desenvolver suas ações dentro de alguns parâmetros que garantam as parcerias com o governo federal e estadual – o que é essencial para a implementação de equipamentos, por exemplo –, ao mesmo tempo em que deve construir suas próprias balizas, com as diretrizes de sua gestão, com as necessidades locais e, acima de tudo, absorvendo as contribuições da sociedade civil paulistana organizada sobre o tema.

O Grupo Executivo Municipal de São Paulo é composto por 10 secretarias, além de convidados permanentes da sociedade civil. Todos os membros aportaram ações no Plano, fortalecendo os três eixos do governo federal (saúde, assistência e segurança), além de atuação complementar para garantir efetividade, como educação, esporte e lazer, habitação, cultura, trabalho e economia solidária, entre outras.

De todo o modo, o Plano não pode bastar-se em si. A Prefeitura tem atuado em diversas frentes, como a organização da Rede de Atenção Psicossocial, a RAPS, para o atendimento das demandas da saúde mental e uso problemático de substâncias psicoativas.

É claro que ao seguirmos algumas diretrizes federais estamos também orientados pelo 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNDH-3, em plena vigência e que tenho imenso orgulho de ter feito parte de sua elaboração. Além da garantia integral dos direitos humanos em todos os seus eixos, o PNDH-3 prevê ações específicas em relação à questão do uso abusivo de drogas, sempre alinhado com os princípios da reforma psiquiátrica, da participação social e nas concepções contemporâneas de redução de danos. Nesta mesma linha, não se pode ignorar as deliberações da Conferência Nacional de Saúde Mental e Direitos Humanos, que traz as balizas de atuação na área.

É certo que temos muitos desafios no Brasil e no mundo para prevenção do uso abusivo de drogas e no cuidado dos usuários. Contudo, estamos avançando e buscando a plenitude de direitos, para que estes usuários não sejam nunca mais cerceados da sua liberdade e de todos os seus direitos.

A pauta dos direitos humanos é construída historicamente. Isso quer dizer que os direitos não foram todos reconhecidos de uma vez, mas conquistados aos poucos pela sociedade.

Além da construção e consolidação histórica dos direitos humanos, também conquistamos a noção de sua universalidade, compreendida no sentido de que todos os indivíduos são sujeitos de direitos apenas por sua condição humana.

O usuário de drogas é o indivíduo que já carrega um denso histórico de exclusão social, e em sua vida cotidiana é o que mais enfrenta preconceito, estigma, discriminação e marginalização, criando um verdadeiro círculo vicioso. A internação desconectada da atenção, a reclusão, a segregação e a apartação

das pessoas nunca são as melhores escolhas, seja pela ineficiência, seja pela violação de direitos humanos que representam.

É imperioso humanizar o usuário abusivo de drogas para inseri-lo na estratégia de garantia de direitos humanos universalizada para todos aqueles que são, simplesmente, pessoas.

É constante a ameaça de retrocessos em direitos humanos, mas isso não deve ser admitido em nenhuma hipótese. Não podemos nos perder, e vamos sempre perseguir o ideal do mundo queremos, o mundo dos direitos humanos e da cidadania pela de todas e todos.

Forte abraço e obrigado.